Ano 16 - nº 4/2023 Caderno V - Editais e demais publicações Data de Disponibilização: terça-feira, 5 de setembro Data de Publicação: quarta-feira, 6 de setembro

18

Varas de Empresariais

1^a Vara Empresarial

id: 6359373

EDITAL EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 53, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 11.101/2005 NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DAS SOCIEDADES MINA TUCANO LTDA., BEADELL (BRAZIL) PTY LTD. e BEADELL (BRAZIL 2) PTY LTD. ¿ Processo nº 0245214-56.2022.8.19.0001. EDITAL, para conhecimento das partes, dos credores e de terceiros interessados, nos termos do artigo 53, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005, passado na forma abaixo: O Juízo da Primeira Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro FAZ SABER, aos que o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que foi recebido o 1º aditivo ao plano de recuperação judicial (às fls. 9239/9274) e o 2º aditivo ao plano de recuperação judicial (protocolado em 04.09.2023) apresentados pelas Recuperandas nos autos do processo eletrônico. Os aditivos ao plano de recuperação judicial também estarão https://psvar.com.br/recuperacao-judicial/mina-tucano/ disponíveis consulta através links para dos https://www.zveiter.com.br/post/mina -tucano-recuperação-judicial. E, para que cheque ao conhecimento de todos os interessados, mando expedir o presente edital que será publicado e afixado na forma de lei. Ciente de que esse Juízo tem sede na Av. Erasmo Braga, 115, Lâmina Central, sala 703, CEP: 20020 -903, Centro, Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2023. Eu, Pery Joao Bessa Neves, Chefe de Serventia, matr. 01/22962, mandei digitar e o subscrevo. (ass) Dr. Alexandre de Carvalho Mesquita - Juiz de Direito Titul ar.

4^a Vara Empresarial

id: 6360032

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA EMPRESARIAL, COMARCA DA CAPITAL, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Processo: 0000677-64.2020.8.19.0021

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR LUIZ ALBERTO CARVALHO ALVES, JUIZ DE DIREITO EM EXERCÍCIO,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por Sentença deste Juízo, datada de 27/07/2023, às fls. 2768/2770, foi decretada a falência da sociedade em epígrafe, a seguir transcrita: "Sentença Trata-se de pedido de falência proposto por BANCO MODAL S.A. em face de LOMATER LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA., com fundamento nos incisos I, II e III do artigo 94 da LRF, inicialmente promovida perante a 3ª Vara Cível da Comarca de Duque de Caxias. Alega a autora, em síntese, que propôs ação de execução de título extrajudicial em desfavor da empresa ré, junto ao Juízo da 11ª Vara Cível da Capital, não logrando êxito em receber o crédito. Ressalta que, além de ter efetuado a cobrança pela via própria, levou o título a protesto, não tendo sido realizado o pagamento pela ré que, ainda, fechou as portas da empresa sem qualquer aviso aos órgãos públicos competentes. Com a inicial, vieram os documentos de fls. 09/662. Regularmente citada, a ré apresenta contestação às fls. 896/931, na qual suscita relação de prejudicialidade com outras duas demandas em curso: i) ação revisional onde está sendo discutida a natureza do título executivo objeto deste requerimento, não se tratando, portanto, de obrigação líquida, e ii) ação declaratória, na qual pretende-se a declaração da existência de relação jurídica entre a autora e as empresas Ioal construções Ltda e Ecman Engenharia Ltda, codevedoras do título que fundamenta este pedido, comprovando se tratar de grupo econômico. Informa, ainda, que a autora promoveu, em outros Juízos, requerimentos de falência idênticos em face destas sociedades, que devem ser reunidos por conexão. Alega a ré, ainda, que o protesto realizado pela autora é inválido para fins falimentares, uma vez que deixou de promover a intimação pessoal da devedora, e argumenta que nunca houve abandono de estabelecimento empresarial, mas, apenas, uma mudança de endereço, não se justificando o pedido de falência com base no art. 94, III, "f" da LRF. Réplica com documentos às fls. 1271/2612. Decisão de fls. 2690, declinando da competência para esta 4ª Vara Empresarial, tendo em vista a existência de conexão com outro requerimento de falência proposto em face de uma das empresas do grupo econômico, distribuído primeiramente neste Juízo. O Ministério Público se manifesta às fls. 2713, aduzindo que, apesar do protesto não obedecer ao regramento previsto na Lei 9292/97, a falência pode ser requerida com preenchimento de apenas um dos incisos do art. 94 da LRF. Sendo assim, considerando a certidão de tríplice omissão juntada às fls. 2915, requer, como complemento, que seja a autora intimada para comprovar a suspensão da execução que tramita na 11ª Vara Cível da Capital. Em atendimento ao requerido pelo Ministério Público, a autora, às fls. 2754, comprova a suspensão da execução em face da sociedade Lomater Locações e Serviços Ltda no Juízo cível. O MP, às fls. 2763, pugna pela decretação da falência. É O RELATÓRIO. DECIDO. A presente ação falimentar possui como causa de pedir crédito oriundo de ação de execução, que tramitou na 11ª Vara Cível da Capital, e que não foi pago, razão pela qual a autora pleiteia a decretação de falência. Apesar dos argumentos apresentados pela ré em sua contestação, o presente requerimento se fundamenta no art. 94, II da Lei de Falência. Sob essa ótica, verifica-se que a certidão de crédito acostada aos autos é documento legítimo a ensejar o pedido de decretação de falência, haja vista se tratar de quantia líquida, não paga, não depositada e sem qualquer comprovação de nomeação de bens à penhora para a satisfação do crédito. Destaca-se, ainda, que a requerida não efetuou qualquer depósito a fim de elidir sua dívida. Em relação às devedoras solidárias, cabe ressaltar que, ainda que seja reconhecida a existência do grupo econômico, o artigo 82-A da LRF veda a extensão dos efeitos da falência, devendo eventual responsabilização de terceiros ser suscitada por meio de desconsideração da personalidade jurídica. Diante do exposto, DECRETO a falência de LOMATER LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 01.983.903/0001-00, cujos sócios são Ominium Transportes Marítimo Ltda (CNPJ nº 06.007.189/0001-20), Luiz Carlos Ferreira dos Reis Silva (CPF nº 790.651.987-68) e Alirio Sergio Guimarães Silva(CPF nº 284.516.436-04). Na forma do inciso II do artigo 99 da Lei 11.101/2005, fixo o termo legal da falência no nonagésimo dia útil anterior à data do primeiro protesto por falta de pagamento, ou, não havendo ou não sendo identificado, a partir da distribuição do pedido de quebra. Ao falido para que cumpra, em cinco dias, o disposto no artigo 99, III da Lei 11.101/05. Determino que o representante da Falida preste as declarações do artigo 104 da Lei de Falências, em 05 (cinco) dias Os credores deverão habilitar seus créditos no prazo de 15 dias, contados da publicação do edital previsto no artigo 99, parágrafo único, da Lei 11.101/2005. Os créditos habilitados serão pagos, em primeiro rateio, com juros e correção monetária, com base no IPC (artigo 27 da Lei 9.069/1995), calculados até a data da quebra, e, se o ativo da massa comportar, em

Ano 16 - nº 4/2023 Caderno V - Editais e demais publicações Data de Disponibilização: terça-feira, 5 de setembro Data de Publicação: quarta-feira, 6 de setembro

19

segundo rateio, estender-se-ão, nesta hipótese, a correção monetária e os juros até o efetivo pagamento do crédito. Determino a suspensão de todas as ações ou execuções contra a falida, ressalvadas as ações que demandarem quantia ilíquida, as quais prosseguirão no juízo no qual estiverem em trâmite. Fica proibida a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens da falida, sem autorização judicial ou do Comitê, se houver, ressalvados os bens cuja venda faça parte das atividades normais do devedor se autorizada a continuação provisória. Expeça-se ofício ao Registro Público de Empresas para que proceda à anotação da falência, passando a constar a expressão "Falido", a data da decretação da falência e a inabilitação para o exercício da atividade empresarial. Nomeio Administrador Judicial CARLOS MAGNO E MEDEIROS SOCIEDADE DE ADVOGADOS, representada perante este Juízo pelo Dr. FERNANDO CARLOS MAGNO MARTINS CORREIA, OAB/RJ-153312, endereço eletrônico contato@cmm.com.br, que desempenhará suas funções na forma do inciso III do artigo 22 da Lei 11.101/2005, sem prejuízo do disposto no artigo na alínea "a" do inciso II do artigo 35 do mesmo diploma legal. Com observância ao disposto no artigo 24 da Lei de Quebras, fixo a remuneração da AJ inicialmente em 5% (cinco por cento) do ativo arrecadado de modo definitivo para a massa, sem prejuízo de uma possível revisão, a depender da base de cálculo que será formada a partir de seu trabalho, uma vez que são ainda incertos os ativos que serão submetidos à massa. Intime-se para iniciar o desempenho de suas funções e para que se manifeste acerca da possibilidade de continuação provisória das atividades do falido, ou, se for o caso, proceda ao lacre do estabelecimento. Requisitem-se informações aos órgãos, repartições públicas e outras entidades, comunicando o decreto e solicitando informações sobre a existência de bens e direitos do falido, observando-se as rotinas constantes na Consolidação Normativa da Corregedoria-Geral da Justica. Retornem para diligência no INFOJUD para solicitar as três últimas declarações de bens da falida. Intime-se o Ministério Público e comunique-se por carta às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Munícipios em que o devedor tiver estabelecimento, para conhecimento da falência. Publique-se o edital, contendo a íntegra da decisão que decreta a falência e a relação dos credores. P.I. Dê-se ciência pessoal ao Administrador Judicial e à Curadoria de Massas Falidas. Rio de Janeiro, 27/04/2023. Paulo Assed Estefan - Juiz Titular Sentença (fls. 2817) Recebo os embargos de declaração de fls. 2809/28013, pois tempestivos. Entretanto, considerando que o juiz não tem necessidade de enfrentar todas as questões suscitadas pela parte, quando já encontrou motivo suficiente para a solução da demanda, o que ocorreu no presente caso, deixo de dar provimento aos mesmos. Rio de Janeiro, 26/06/2023. Paulo Assed Estefan - Juiz Titular Despacho (fls. 2841) Fls. 2838/2839: Assiste razão à requerente exclusivamente quanto ao fato de não ter constado o nome de todos os sócios na decisão. Trata-se de evidente erro material, cuja correção pode ser realizada, inclusive, ex officio pelo Juiz, conforme prevê o art. 494, I, do CPC: "Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la: I - para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais ou erros de cálculo;". Dessa forma, retifico a sentença de fls. de fls. 2768/2770, que passa a ter a seguinte redação: "DECRETO a falência de LOMATER LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 01.983.903/0001-00, cujos sócios são Ominium Transportes Marítimo Ltda (CNPJ nº 06.007.189/0001-20), Luiz Carlos 790.651.987-68), Alirio Sergio Guimarães Silva (CPF nº 284.516.436-04), Luciano Guimarães Ferreira dos Reis Silva (CPF nº n° 599.629.416-87) e Construtora Ecman Ltda (CNP) n° 06.007.189/0001-20).". No mais, Carvalho (CPF permanece a sentença tal como foi lançada. Rio de Janeiro, 01/08/2023. Paulo Assed Estefan - Juiz Titular" Cientes de que este Juízo funciona na Avenida Erasmo Braga, 115, sala 719, Lâmina Central, Centro, Rio de Janeiro / RJ. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, mandou expedir o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, em 01/09/2023. Eu, Tania Ramada Borges da Silva, Chefe de Serventia em exercício, matrícula 01/18504, mandei digitar e o subscrevo. (ass.) LUIZ ALBERTO CARVALHO ALVES, Juiz de Direito em exercício

1 de 2

Varas de Fazenda Pública

1a Vara da Fazenda Pública

id: 6362972

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, NOS TERMOS DO ART. 34 DO DECRETO-LEI 3.365/41, COM PRAZO DE 10 DIAS.

O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Afonso Henrique Ferreira Barbosa - Juiz Titular do Cartório da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de 10 dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av Erasmo Braga, 115 SL437/439 LI-4 Andar CEP: 20020-903 - Castelo - Rio de Janeiro - RJ Tel. : 2588-2470, e-mail: cap01vfaz@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 / Intervenção do Estado na Propriedade, de nº 0270231-17.2010.8.19.0001, movida por MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO em face de ESPOLIO DE HEITOR DE ALMEIDA BAPTISTA; ESPOLIO DE VERA ANACLETA DA FONSECA BAPTISTA, objetivando por UTILIDADE PÚBLICA pelo decreto 39.851, de 18/03/2015, aforada pelo MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO para a implantação de vias públicas, objetivando a desapropriação TOTAL do imóvel localizado na Rua Domingos Lopes, na 413 - fundos, apto II. CEP: 21.310 -120, nesta Comarca. Foi expedido o presente edital para conhecimento de terceiros, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos e para os fins do art. 34 do Decreto- lei 3.365/41, que o valor depositado em razão da desapropriação será levantado. E para que chegue ao conhecimento de todos foi requerida e deferida a expedição do edital que se segue, que será afixado no lugar de costume e publicado na Imprensa Oficial na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, quatro de setembro de dois mil e vinte e três. Eu, _ _ Davy Baiense Garcia de Lima - Estagiário - Matr. Luiz Carlos Rodopiano Gaspar dos Santos - Responsável pelo Expediente - Matr. . 120000040208, digitei. E eu, ___ 01/8625, o subscrevo.

1 de 3